

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

REPUBLICADO

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, CNPJ nº 29.844.172/0001-23, situada à Rua Farinha Filho, nº 50 - Centro, Nova Friburgo-RJ, torna público que a Comissão Permanente de Licitação deste Poder, reunir-se-á, impreterivelmente, às 14:00 horas do dia **28/02/2019**, na Sala de Reuniões no 3º andar do prédio da Câmara, para receber os envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA” dos interessados e dar início ao processamento da presente licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, sob o nº **001/2019**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à contratação de empresa produtora e veiculadora de programas audiovisuais, que promova a captação audiovisual, produção e transmissão televisiva dos programas da “TV Câmara” divulgadores das Sessões e dos trabalhos realizados pelo Poder Legislativo de Nova Friburgo, nos termos das regras albergadas na Lei 8.666/93 e suas modificações posteriores.

I – DO OBJETO:

I.01 – A presente Licitação será da modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, de nº **001/2019**, conforme solicitação da Presidência da Câmara Municipal de Nova Friburgo, tendo como objeto: contratação de empresa produtora e veiculadora de programas audiovisuais, que promova a captação audiovisual, produção e transmissão televisiva dos programas da “TV Câmara”, divulgadores das Sessões e dos trabalhos realizados pelo Poder Legislativo de Nova Friburgo/RJ, conforme as exigências e especificações estabelecidas no Anexo I, parte integrante deste Edital.

II – DO CONTRATO:

II.01 - A minuta do contrato (**ANEXO V**) é parte integrante deste Edital.

II.02 - O contrato decorrente desta Licitação terá como prazo de vigência 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse das partes, limitado a 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, visando a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

II.03 - A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação por esta Câmara Municipal, para assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, desde que devidamente justificado. **Fica expressamente vedado qualquer tipo de subcontratação.**

II.04 - Caso a adjudicatária recuse-se a cumprir o fixado no item anterior, é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, sempre em ordem de classificação, para o fazerem nas mesmas condições propostas pela inadimplente ou revogar a presente Licitação, de acordo com o art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

II.05 - A recusa a que se refere o item anterior caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções administrativas previstas na **Cláusula XI** deste ato convocatório, sem prejuízo das penalidades legalmente estabelecidas; o mesmo não ocorrendo caso a(s) licitante(s) remanescente(s) recuse(m)-se a assinar e retirar, nas mesmas condições propostas pela(s) adjudicatária(s), a respectiva nota de empenho, nos termos do art. 81, da Lei nº 8.666/93.

II.06 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas no presente certame sem convocação, por parte desta Seção, para assinatura do termo de contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

Observação: A Câmara Municipal de Nova Friburgo só efetuará o pagamento das produções e transmissões da TV CÂMARA de Nova Friburgo, exibidos durante o período estabelecido por este Edital.

III – DA REALIZAÇÃO:

III.01 - A presente TOMADA DE PREÇOS será realizada em:

DIA: **28/02/2019**. HORA: 14 **horas**. LOCAL: Sala de Reuniões do 3º andar da Câmara Municipal de Nova Friburgo, à rua Farinha Filho, nº 50, 3º andar, nesta cidade.

IV – DO SUPORTE LEGAL:

IV.01 - Esta TOMADA DE PREÇOS é regida pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

V – DA HABILITAÇÃO:

V.01 - Nos termos do parágrafo 3º do artigo 22 da Lei nº 8.666/93, poderão participar da presente Licitação os interessados que atenderem à necessária habilitação compatível com o objeto da Licitação e com as seguintes condições exigidas pelos artigos 27 a 29 c/c com o artigo 32 § 1º, nos moldes deste edital, a saber:

V.01.01 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Os licitantes deverão apresentar o CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL expedido pela Câmara Municipal de Nova Friburgo, conforme autoriza § 2º, do artigo 34, da Lei nº 8.666/93. A empresa interessada em participar desta Tomada de Preços que não possuir o CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, deverá providenciá-lo, requerendo sua inscrição no registro cadastral até **três dias** antes da data marcada para a sessão de entrega e abertura dos envelopes. O requerimento de inscrição no registro cadastral deverá ser realizado na sala da Comissão Permanente de Licitações, no 3º andar do Prédio da Câmara Municipal de Nova Friburgo, na Rua Farinha Filho, 50, Centro – Nova Friburgo-RJ, de 2ª a 6ª feira, no horário de 13:00h às 17:30h. A lista dos documentos necessário para o registro cadastral encontra-se disponível no sítio da Câmara (www.novafriburgo.rj.leg.br), na Seção Transparência / Licitações e Contratos;

b) Cópia autenticada da cédula de identidade e CIC do representante legal;

c) Caso o portador não seja o representante legal da concorrente, deverá apresentar **procuração** com firma reconhecida, outorgando-lhe o direito de representação, para tomar as decisões que se fizerem necessárias;

d) Registro comercial, no caso de empresa individual;

e) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores;

f) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

g) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

h) Declaração (**Anexo VIII**) de que atende todas as especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

i) Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (**Anexo II – Declaração que não emprega menor**);

j) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação da empresa (**Anexo VI**).

V.01.02 – Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto licitado;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-geral da Fazenda Nacional (PGFN) em conformidade com o Decreto 8302 de 04/09/2014;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante;

e) Certificado de Regularidade de Situação (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa.

V.01.03 – DA CAPACIDADE TÉCNICA:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital, através de **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s)

por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante possui experiência na prestação de serviços técnicos especializados de captação audiovisual, produção e transmissão de programas de televisão, em consonância com o objeto desta licitação, no(s) qual(is) conste, no mínimo, as seguintes parcelas de maior relevância e valor significativo do termo de referência (Anexo I): Independe o número de atestado apresentado, vez que a licitante poderá comprovar sua aptidão por meio de um único documento, ou mediante mais de um atestado, cujo somatório poderá comprovar a capacidade para desempenho.

a.1) Captação audiovisual de evento com três ou mais câmeras simultaneamente, com inserção simultânea de caracteres, bem como tradução simultânea por intérprete de LIBRAS;

a.2) Captação audiovisual de evento com transmissão simultânea para internet, através de *streaming* de áudio e vídeo;

a.3) Produção de programas televisivos nos formatos: entrevistas, notícias, reportagens, cobertura de eventos;

a.4) Transmissão de programas televisivos em canal de TV aberta ou por assinatura.

b) Indicação, conforme modelos constantes no **Anexo III – Quadro de profissionais e no Anexo IV – Quadro de Equipamentos**, das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto desta licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

c) Os profissionais indicados conforme disposto no item (b) acima, deverão possuir perfil técnico especializado, com qualificação adequada para cada atividade ou tarefa, com experiência profissional anterior. **A experiência anterior deverá ser comprovada por meio de atestado(s) ou declaração(ões)** fornecida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado ou outra que atenda aos requisitos exigidos, contendo obrigatoriamente: descrição do trabalho realizado e tempo de duração;

d) A **comprovação do vínculo formal** de todos os profissionais relacionados pela empresa deverá se dar através de apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho e do Livro de Registro de Empregados da empresa ou de outro documento que comprove a existência de liame jurídico entre a empresa e o profissional durante o período de execução do contrato. Tal comprovação será exigida apenas da licitante vencedora, no momento da assinatura do contrato. O prazo para entrega dos documentos de comprovação do vínculo formal dos profissionais será o mesmo da assinatura do contrato, sendo certo que, convocada a empresa vencedora e não apresentando a comprovação do vínculo formal no prazo estabelecido, que não caberá prorrogação, decairá o direito de contratar.

e) Termo de Visita Técnica (Anexo VII) expedido pela Câmara Municipal de Nova Friburgo, comprovando que representante da licitante vistoriou o local onde serão realizados os serviços, obteve todas as informações de operação técnica da TV Câmara e tomou conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços. A visita técnica deverá ser realizada até o **último dia útil anterior** à data de abertura do certame, das 14h às 17h em horário agendado com o responsável pelo Setor de Comunicação da Câmara, através do telefone 22 2524-1700 ramal 265.

f) Comprovação de que a licitante possui contrato de cessão de uso de canal local, cujo sinal alcance todo o Município de Nova Friburgo, ou, pelo menos, a maioria de seus distritos, em seu nome, vigente durante toda a duração da prestação do serviço aqui licitado, não sendo permitida subcontratação.

g) Terminada a Licitação, a empresa vencedora terá cinco dias úteis, no máximo, para realizar demonstração, na sede da Câmara Municipal, de que atende, na totalidade, as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS deste Edital, por meio de realização de uma transmissão piloto de programa, em conformidade com as exigências deste Edital.

V.01.04 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstração de resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei (registrado na Junta Comercial ou publicado na imprensa oficial), em conformidade com a Lei nº10.406, de 10/01/2002, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devendo o índice de liquidez geral ILG ser igual ou maior que 1 (um);

b) Comprovação de a empresa possuir capital mínimo ou patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado nesta licitação, conforme preveem os parágrafos 2º e 3º do art. 31 da Lei 8.666/93;

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida, pelo distribuidor da sede (matriz) da licitante, a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento dos envelopes.

V.01.05 – Microempresas

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste Edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal de Nova Friburgo, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebrar a contratação ou revogar a licitação.

OBSERVAÇÃO:

As cópias dos documentos exigidos apenas serão aceitas se estiverem devidamente autenticadas ou mediante a apresentação dos originais, combinado às cópias, que serão autenticadas no ato, pelo Presidente da Comissão.

VI – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

VI.01 – A Comissão Permanente de Licitações receberá até às 14 **horas** do dia 28/02/2019, na Câmara Municipal de Nova Friburgo, na Sala de Reuniões do 3º andar, à Rua Farinha Filho, nº 50, Centro, Nova Friburgo, RJ, os Envelopes **HABILITAÇÃO E PROPOSTA**.

VI.02 – ENVELOPE “HABILITAÇÃO”:

VI.02.01 – A documentação relativa à **HABILITAÇÃO** deverá ser colocada dentro de envelope opaco, tamanho ofício, devidamente lacrado e contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
 TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019
 SESSÃO INICIAL NO DIA 28/02/2019 ÀS 14 HORAS
 ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
(razão social ou nome comercial da licitante e endereço completo)

VI.02.02 – Deverá conter a documentação constante do item **V**, não podendo qualquer documento ser substituído por protocolo.

VI.03 – ENVELOPE “PROPOSTA”:

VI.03.01 – As propostas serão recebidas pela Comissão Permanente de Licitações, até a data e a hora marcadas para sua abertura, em envelope fechado, opaco, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo na parte externa os seguintes dizeres:

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
 TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019
 SESSÃO INICIAL NO DIA 28/02/2019 ÀS 14 HORAS
 ENVELOPE 02 - PROPOSTA DE PREÇOS
(razão social ou nome comercial da licitante e endereço completo)

VI.03.02 – As propostas serão assinadas pelo representante legal da concorrente ou por pessoa com poderes expressos para tal;

VI.03.03 – As propostas deverão ser apresentadas em papel timbrado do licitante, em conformidade com o **modelo de planilha incluído no Anexo IV DO TERMO DE REFERÊNCIA** constante neste Edital, assinadas na última folha e rubricadas em todas as demais pelo proponente ou representante legal;

VI.03.04 – *As propostas deverão apresentar, ainda, os custos detalhados dos serviços, em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, incluindo o quantitativo de pessoal, a qualificação profissional com o respectivo salário, a carga horária mensal, a discriminação dos serviços por natureza de*

função com as qualificações (formação, nível, requisitos para o exercício da tarefa, etc.) e tarefas por categoria funcional dentro da equipe, assim como o detalhamento dos encargos sociais e demais despesas, como o custo de utilização dos equipamentos, os quais também deverão ser apresentados de forma detalhada;

VI.03.06 – Não poderá haver quaisquer tipos de reajustes incidentes sobre os valores propostos;

VI.03.07 – A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório;

VI.03.08 – Em caso de dúvidas no preenchimento da planilha de preços, a licitante deverá entrar em contato com a CPL até o dia útil anterior ao da abertura dos envelopes.

VII – DO PROCEDIMENTO E PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO:

VII.01 – Os trabalhos da Comissão de Licitações, na reunião de abertura, obedecerão aos trâmites abaixo estabelecidos:

VII.01.01 – No local, dia e hora previstos na presente TOMADA DE PREÇOS, a Comissão receberá os envelopes contendo a documentação (Envelope n.º 1), os quais serão abertos ante os representantes das licitantes, recolhendo os envelopes com as propostas (Envelope n.º 2), que poderão ser abertos imediatamente após a fase de habilitação, desde que haja renúncia expressa ao direito de interpor recurso por parte de todas as Licitantes, devidamente registrada em ata. A rubrica nos envelopes pela Comissão Permanente de Licitação e pelos licitantes presentes precederá a abertura dos mesmos.

VII.01.02 – Após o Presidente da Comissão declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, com os documentos de habilitação e com as propostas, nenhum outro poderá ser recebido.

VII.01.03 – Na abertura dos envelopes “**HABILITAÇÃO**” será apenas conferida, pela Comissão Permanente de Licitação, a relação dos documentos entregues pelos Licitantes, sendo considerados inabilitados aqueles que não apresentarem toda a documentação exigida.

VII.01.04 – A inabilitação do licitante importa em exclusão de seu direito de participar das fases subsequentes da licitação.

VII.01.05 – A documentação apresentada será rubricada por todos os licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitações, podendo ser examinada e analisada pelos licitantes.

VII.01.06 – Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Entidade de Licitação poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que determinaram a inabilitação ou desclassificação.

VII.01.07 – A critério da Comissão de Licitações, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

VII.01.08 – Será lavrada ata da reunião, que será assinada pelos membros da Comissão de Licitações.

VIII – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

VIII.1 - No julgamento das Propostas de Preço, a CPL classificará, por ordem crescente de preço por item ofertado pelas licitantes habilitadas, **declarando vencedora** da Licitação a proponente que tiver cotado, para o objeto licitado, o **MENOR PREÇO GLOBAL**;

VIII.2 - Será desclassificada a licitante que apresentar Proposta de Preços que não atenda aos requisitos desta TOMADA DE PREÇOS, a que proponha preço unitário e/ou global superior ao estabelecido pela Administração no item IX deste Edital ou considerados manifestamente inexequíveis, no item correspondente, nos termos do disposto no artigo 48, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como não se considerará qualquer oferecimento de vantagem não prevista no instrumento convocatório ou baseada em ofertas das demais licitantes, inclusive com oferecimento de redução sobre a de menor valor;

VIII.2.1 - Por preço manifestamente inexequível, unitário ou global, deve-se entender aquele que seja simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado;

VIII.2.2 - Em ocorrendo suspeição quanto à exequibilidade de uma ou mais propostas, será fixado, pela CPL, prazo não inferior a 48h (quarenta e oito horas), para que as licitantes comprovem a viabilidade de seus preços comparativamente aos praticados no mercado;

VIII.3 - No caso de empate, entre duas ou mais propostas, a classificação final far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio realizado pela CPL ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos elencados nos subitens VIII.3.1 a VIII.4 deste Edital, sempre em ato público para o qual todas as licitantes serão convocadas.

VIII.3.1 - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, entendendo-se por empate, neste caso, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

VIII.3.2 – Para efeito do disposto no subitem VIII.3.1 acima, ocorrendo o empate, serão adotados os seguintes procedimentos:

VIII.3.2.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

VIII.3.2.2 - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem VIII.3.2.1 acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem VIII.3.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

VIII.3.2.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem VIII.3.1 acima, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

VIII.3.2.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens VIII.3.1 a VIII.3.2.3 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

VIII.4 - O disposto nos subitens VIII.3 a VIII.3.2.4 acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

VIII.5 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta Licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento, respeitadas as disposições contidas no art. 49 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93.

IX – DA FORMA DE PAGAMENTO:

IX.01 – Os pagamentos serão efetuados mensalmente através da apresentação de nota fiscal correspondente à prestação de serviços.

IX.02 – Os créditos para satisfazerem as despesas decorrentes da apuração desta TP correrão por conta da dotação orçamentária de elementos de despesas – 3.3.9.0.39.00.00, código da função programática 01.001.01.031.021.2.159.

IX.03 – O valor global estimado com as despesas decorrentes desta TP será de **R\$ 499.794,00 (quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e quatro reais)**. A parcela fixa, referente às sessões ordinárias, aos Informativos TV Câmara, às Chamadas e ao Programa TV Câmara, é estimada em **R\$ 418.798,30 (quatrocentos e dezoito mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta centavos)**. A parcela variável, referente às sessões extraordinárias e solenes, é estimada em **R\$ 80.995,70 (oitenta mil, novecentos e noventa e cinco reais e setenta centavos)**.

IX.04 – O valor mensal da parcela fixa é estimado em **R\$ 34.899,86 (trinta e quatro mil e oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos)**.

IX.05 – As sessões extraordinárias e solenes serão pagas somente quando efetivamente realizadas. O valor da produção e gravação será referente ao tempo padrão das sessões, especificado no TERMO DE REFERÊNCIA. O valor da transmissão será proporcional àquele efetivamente realizado pela Contratada, já que tais sessões, não necessariamente, serão transmitidas na íntegra.

IX.06 – A transmissão de quaisquer tipos de programas “ao vivo” somente será realizada por expressa determinação do Presidente da Câmara, mediante orçamento da Contratada, que deverá ser aprovado previamente pela Contratante, com antecedência mínima de 10 dias úteis, para que seja realizado Termo Aditivo, caso necessário. Ficando o total destes aditamentos restritos a 25% (vinte e cinco por cento) do total do contrato, conforme parágrafo 1º e alínea b do inciso I do art. 65 da Lei 8666/93.

X – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

X.01 – Os pagamentos ocorrerão em até 10 (dez) dias úteis após o adimplemento das obrigações, devendo a fatura ser apresentada no Departamento de Contabilidade da Câmara Municipal de Nova Friburgo com a nota de empenho corresponde.

X.02 – Qualquer pagamento somente será efetuado à empresa contratada por serviços efetivamente executados e após as conferências e atestos feitos pelos gestores do contrato, indicados pelo Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo, e ainda, se a CONTRATADA não tiver nenhuma pendência de débito junto à contratante, inclusive de multas, sendo que sobre eventual atraso no pagamento incidirá multa na ordem de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura e originará compensação financeira, que terá por base os índices do IGP-M. Caso a Câmara Municipal de Nova Friburgo antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

X.03 – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

X.04 – A empresa deverá providenciar conta corrente em instituições bancárias, preferencialmente no Banco do Brasil, a fim de possibilitar o pagamento.

XI – DAS PENALIDADES:

XI.01 – O vencedor, adjudicado e contratado, que se tornar inadimplente pela inexecução parcial ou total do objeto licitado, estará sujeito a penalidades caso as informações estejam incompatíveis com as especificações contidas no Anexo I do Edital e pela escusa ou descumprimento de sua realização. Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei nº8666/93, a contratada ficará sujeita, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração:

XI.01.01 – Advertência por escrito, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais de que não resulte prejuízo para a Administração;

XI.01.02 – Multas, conforme graus e condutas dispostos nas tabelas 1 e 2 abaixo e demais especificações a seguir, limitadas a 20% do valor total da contratação:

a) Tabela de graus e porcentagens:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,83% do valor total da contratação
2	0,16% do valor total da contratação
3	0,33% do valor total da contratação
4	0,50% do valor total da contratação

b) Tabela de ocorrências:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
2	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
3	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Contratante.	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
4	Atraso injustificado para iniciar a execução dos serviços contratados, aplicada por dia e limitada a incidência de 10 (dez) dias. A partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, a nota de empenho poderá ser anulada e poderá ser	1	Por dia, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
	considerado inexecução total.		
5	Transferir sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc.	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
6	Permitir a presença de profissional sem uniforme.	1	Por ocorrência.
7	Falha injustificada na transmissão, aplicada por ocorrência.	2	Por ocorrência.
8	Erro/falha de caráter técnico na produção de quaisquer dos programas contratados, como erro de corte, de chamadas, edição incorreta de matérias jornalísticas, mau enquadramento de imagens, ou outras que estejam em desacordo com o TERMO DE REFERÊNCIA.	2	Por ocorrência.
9	Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
DEIXAR DE:			
10	Apresentar a correspondente nota fiscal/fatura ou congêneres até o 10º dia do mês subsequente ao do recebimento definitivo do serviço.	1	Por ocorrência.
11	Cumprir os prazos definidos no TERMO DE REFERÊNCIA	1	Por ocorrência.
12	Entregar as mídias (DVD) embaladas e identificadas corretamente, acompanhadas da nota fiscal para conferência, ao Gestor do Contrato.	1	Por ocorrência.
13	Realizar a gravação das sessões ordinárias, solenes ou extraordinárias.	3	Por ocorrência.
14	Realizar a produção do Programa TV Câmara, de um Informativo ou de uma Chamada.	3	Por ocorrência.
15	Realizar a transmissão de qualquer sessão ou programa contratado.	3	Por ocorrência.
16	Incluir a tradução em LIBRAS em qualquer dos programas contratados.	3	Por ocorrência.
17	Transmitir o conteúdo das sessões para internet.	2	Por ocorrência.
18	Entregar a documentação de habilitação atualizada ao Gestor do Contrato, sempre que solicitado.	2	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual.
19	Garantir a participação dos funcionários qualificados indicados no Quadro de Profissionais (Anexo III) na execução do contrato.	3	Por ocorrência.
16	Garantir a utilização dos equipamentos indicados no Quando de Equipamentos (Anexo IV) na execução do contrato.	3	Por ocorrência.
20	Informar ao Gestor do Contrato qualquer impedimento que resulte em prejuízo à execução dos serviços.	1	Por ocorrência.
21	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do Gestor do Contrato.	1	Por ocorrência.

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
22	Cumprir quaisquer itens do Edital/Contrato e de seus anexos, não previstos nesta tabela de ocorrências.	1	Por item e por ocorrência.
23	Cumprir quaisquer itens do Edital/Contrato e de seus anexos, não previstos nesta tabela de ocorrências, após reincidência, formalmente notificada pela Contratante.	1	Por item e por ocorrência.

c) O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante, ou ainda cobrado diretamente da contratada, amigável ou judicialmente.

d) A aplicação de multa não impede, a critério da Administração, a aplicação das demais sanções de advertência, de impedimento/suspensão do direito de licitar e de inidoneidade, bem como a rescisão do contrato.

XI.01.03 – suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração, por período de até 24 (vinte e quatro) meses, sempre de acordo com a gravidade do fato e a decisão da autoridade competente;

XI.01.04 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, até a reabilitação do contratado perante a autoridade que prolatou a decisão, sempre após o ressarcimento dos danos. Tudo sem prejuízo da comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas do Estado. Será garantido, nesse caso, ao contratado, o exercício do direito estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas modificações posteriores.

XII – DOS RECURSOS:

XII.01 – Os recursos das decisões da Comissão Permanente de Licitações serão apresentados por escrito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data da publicação do resultado e dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

XII.01.01 – A Comissão Permanente de Licitações poderá reconsiderar sua decisão em igual prazo de 05 (cinco) dias úteis.

XII.02 – Aplicam-se, ainda, aos recursos e impugnações, as decisões previstas na Lei 8.666/93.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o Foro da cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão ou controvérsia oriunda da execução da presente licitação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES:

XIV.01 – A participação na licitação implica na inteira submissão à legislação mencionada e aos termos do presente Edital.

XIV.02 – As demais informações, consideradas necessárias, deverão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Nova Friburgo, no horário das 14 às 18 horas, nos dias úteis.

Nova Friburgo, 12 de fevereiro de 2019.

RICARDO DA GAMA ROSA COSTA
P/ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – TV CÂMARA 2019

I - OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRODUTORA E VEICULADORA DE PROGRAMAS AUDIOVISUAIS, QUE PROMOVA A CAPTAÇÃO AUDIOVISUAL, PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ, E DE OUTROS PROGRAMAS DE INTERESSE PÚBLICO, A RESPEITO DO PODER LEGISLATIVO FRIBURGUENSE.

II - JUSTIFICATIVA:

A TV CÂMARA do Poder Legislativo de Nova Friburgo, dentro do princípio da transparência, tem por objetivo central dar ciência à população de Nova Friburgo dos trabalhos prestados pelos senhores Vereadores, dos debates políticos travados durante as suas sessões legislativas e das resoluções aprovadas. Para que este objetivo seja cumprido da maneira mais abrangente possível, deve-se buscar promover a transmissão das sessões legislativas, entrevistas e demais informações, via empresa de televisão contratada, pelo sistema de TV aberta ou a cabo, bem como através da internet.

III – DIRETIVAS DE QUALIDADE DO SERVIÇO:

A produção dos programas e a transmissão deverão ser realizadas com a melhor qualidade disponível, em respeito aos cidadãos friburguenses. Levando-se em conta as exigências acima listadas, a Contratada deverá estar apta a transmitir ao vivo da sede da Câmara Municipal ou de locais previamente definidos para sessões itinerantes, sempre dentro do raio de cobertura de satélites e/ou de sistemas definidos neste Projeto. Sendo o padrão das transmissões originadas de sessões pré-gravadas. Para que estes princípios não sofram descontinuidade, é fundamental que os cuidados técnicos sejam rigorosamente observados, buscando a melhor capacitação técnica, seja via sistema, equipamentos e pessoal, inclusive observando-se o princípio da redundância nesta avaliação técnica.

III – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- i. Gravação e transmissão das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara Municipal de Nova Friburgo, da sede do Poder Legislativo ou de outro ponto do Município, sempre a critério do Presidente da Câmara Municipal, de acordo com o ANEXO I deste TERMO DE REFERÊNCIA;
- ii. Independentemente de a transmissão ser ao vivo ou pré-gravada e de a sessão ser realizada na sede do Legislativo ou itinerante, a geração deverá possibilitar a transmissão em tempo real para o sistema de internet da Câmara Municipal, por meio de vídeo *streaming*;
- iii. Considerando a transmissão por vídeo *streaming*, o sistema de captação e produção das sessões deverá permitir a imediata edição técnica, incluindo a geração de caracteres e demais sinais gráficos necessários à correta identificação dos assuntos em discussão, bem como dos autores das proposições e demais indivíduos participantes das sessões, nos moldes descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- iv. Utilizar, na transmissão, tanto no formato ao vivo como no pré-gravado, a sinalização para deficientes auditivos, através do sistema LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT;
- v. Produção e transmissão do PROGRAMA TV CÂMARA, das CHAMADAS SEMANAIS e do INFORMATIVO TV CÂMARA em conformidade com o especificado, nos anexos II e III deste TERMO DE REFERÊNCIA;
- vi. A contratada deverá disponibilizar um operador de computador, responsável por administrar a transmissão dos programas via internet, durante as sessões. Este técnico será responsável por iniciar, interromper e finalizar as transmissões, bem como por gerenciar a qualidade das mesmas e a sua publicação no canal de internet (“Youtube”) criado pela Câmara, de forma que seja fácil a busca pelos

- vídeos gravados, pelo seu título, através da data ou do objetivo da sessão (ordinária, extraordinária, solene, específica). As sessões deverão estar devidamente identificadas, no canal de internet, conforme padrão estabelecido pela Câmara, de forma a facilitar esta busca;
- vii. Executar a edição técnica, em todos os programas, concomitante à captação de áudio e vídeo, de todos os caracteres e demais sinais de identificação exigíveis, inclusive o LIBRAS, nos moldes estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, de modo que as imagens veiculadas saiam dentro do padrão de exibição requerido;
 - viii. Oferecer, pelo menos, três visões diferentes das sessões realizadas no Plenário: geral (todos os Vereadores), Mesa Diretora (componentes da mesa) e individual (uma pessoa que esteja com a palavra, seja Vereador, em qualquer cadeira ou na Tribuna, seja público, na assistência);
 - ix. Garantir que os serviços nunca sejam interrompidos ou prejudicados por defeitos nos seus equipamentos ou ausência de seus funcionários;
 - x. Oferecer, dentro do ambiente fornecido pela Câmara, as condições técnicas necessárias à produção de quaisquer dos tipos de programas incluídos neste contrato, inclusive para entrevistas simultâneas à gravação e transmissão das sessões;
 - xi. Garantir a qualidade dos conteúdos dos programas através da utilização de profissionais habilitados e capazes de traduzir as informações colhidas junto à contratante em conteúdo de fácil assimilação e entendimento por parte da população em geral;
 - xii. Reservar horário, em sua programação diária, para transmissão de todos os programas contratados, mediante acerto prévio junto ao servidor indicado para tal pelo Presidente da Câmara. Qualquer alteração nos horários previamente acordados deverá ser acordada por ambas as partes, com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
 - xiii. Comprovar capacidade técnica para produção e transmissão dos programas contratados através da indicação, por escrito, dos equipamentos e dos profissionais utilizados para cada tipo de programa;
 - xiv. Fornecer ao departamento de Patrimônio da contratante, em até 5 (cinco) dias após o início da vigência do contrato, uma lista de todos os seus equipamentos que ficarão permanentemente alocados nas dependências do Prédio do Legislativo, indicando: Marca, modelo, número de série e local onde o equipamento ficará instalado;
 - xv. Indicar um funcionário que será o responsável pela gestão do contrato, do lado da contratada. Este funcionário concentrará toda a comunicação entre a Câmara e a contratada e será responsável por repassar para os outros funcionários envolvidos todas as decisões tomadas durante as reuniões de trabalho com a contratante;
 - xvi. Fornecer planilha detalhada de custos para produção e transmissão de cada tipo de programa, incluindo os profissionais e equipamentos envolvidos, com respectiva memória de cálculo;
 - xvii. Garantir pleno acesso à contratante, na pessoa do servidor indicado como Gestor do Contrato pela parte da Câmara, às dependências da empresa, para que este servidor efetue diligências a respeito do cumprimento das exigências do contrato.

IV – DO PADRÃO:

- Preferencialmente, deverá ser utilizado o padrão digital HD – *High Definition* – para ser utilizado durante todas as etapas de transmissão, ou seja, captação, edição técnica e transmissão. Tal padrão somente será substituído pelo analógico no caso em que, comprovadamente, o meio de transmissão não esteja preparado para o padrão digital.
- A Portaria Nº 3.493, de 26/08/2016, do Ministério Da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações definiu a data de 28/11/2018 para a transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD- T, no caso da TV aberta.

V – DA ABRANGÊNCIA:

- O sinal televisivo deverá ser transmitido através de canal de transmissão aberta ou através de canal retransmitido por operadora de TV por assinatura, ambos com cobertura na área do Município de Nova Friburgo, atingindo todos os seus distritos ou, pelo menos, a maioria deles.

VI – DO AMBIENTE PARA A CAPTAÇÃO, EDIÇÃO E VEICULAÇÃO DO ÁUDIO E VÍDEO GERADOS NAS SESSÕES REALIZADAS DENTRO OU FORA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL:

- a) O ambiente disponível no Prédio do Legislativo se dividirá em duas áreas, sendo a primeira o plenário da Câmara Municipal onde serão captadas as imagens e áudio dos vereadores e demais participantes ao longo das sessões, e a segunda, contígua ao plenário, onde está instalado um pequeno estúdio para geração de entrevistas, dos sinais no sistema LIBRAS e outras informações que poderão ser transmitidas ao longo das sessões e ao seu final. O áudio e o vídeo gerados nestes dois ambientes deverão ser dirigidos para equipamentos com capacidade para receber e gravar, ao mesmo tempo, os sinais gerados por todas as câmeras envolvidas no processo, ou seja, as instaladas no plenário e a instalada no estúdio contíguo, bem como os respectivos áudios, permitindo ainda edição técnica necessária à veiculação, nos moldes estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA. O sistema deverá ainda permitir a imediata gravação do material produzido, bem como gerar um *streaming* para internet.
- b) No caso de sessões realizadas fora do Prédio do Legislativo, o ambiente será semelhante ao estabelecido para as sessões no plenário da Câmara Municipal, não contemplando a realização de entrevistas e nem matérias jornalísticas. A Câmara Municipal cuidará de realizar estas sessões em locais que permitam a operação da TV Câmara, cabendo à contratada avaliar se realmente existem estas condições, ficando por sua responsabilidade a geração de áudio e instalação apropriada de iluminação de acordo com exigências para que se produzam imagens com a qualidade exigida neste Projeto Técnico. Caso o local disponibilize condições de áudio e de iluminação adequadas, poderá a contratada utilizá-los, sem prejuízo por não utilizar equipamentos próprios ou ainda que os utilizem em parte.

VII – NORMAS OPERACIONAIS:

1. NORMAS GERAIS:

- a) No ato da assinatura do contrato, a contratada informará, por escrito, a sua grade de programação com o objetivo de permitir à Câmara Municipal fiscalizar se os programas contratados estão sendo exibidos nos dias e horários previstos. Sempre que houver alguma modificação, por força de acordo entre as partes, uma nova grade será enviada à Câmara Municipal.
- b) Os equipamentos que serão utilizados nas transmissões das sessões, bem como nas gravações dos programas, deverão ser instalados nas devidas posições com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos antes do início das sessões ou das gravações dos programas.
- c) O pessoal técnico da empresa contratada, incluindo os operadores de câmera, deverá estar a postos, junto aos equipamentos já devidamente testados, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início das sessões ou das gravações dos programas, devendo o interlocutor da Câmara Municipal ser informado, através do responsável técnico da empresa, de que está tudo pronto para o início da transmissão ou gravação.
- d) Sempre que for necessário algum ajuste técnico ao longo da transmissão ou gravação, o responsável técnico da empresa contratada informará ao interlocutor da Câmara Municipal, com antecedência mínima de 5 (cinco) minutos, que se fará necessária a paralisação momentânea da sessão ou da gravação para o devido ajuste, não podendo esta operação ultrapassar o tempo de 5 (cinco) minutos.
- e) No caso de alguma falha técnica de equipamento que impeça a transmissão ou gravação ou que não permita que estes procedimentos se façam com qualidade, o responsável técnico deverá informar imediatamente ao interlocutor sobre o problema, inclusive em relação ao tempo necessário para o retorno das condições normais. É certo que, pelo princípio da redundância, a empresa contratada deverá ter equipamentos em número suficiente para se fazer a eventual troca

em caso da dita falha técnica. Ainda assim, não sendo possível sanar a falha em tempo razoável, caberá ao Presidente da Câmara, no caso das sessões, decidir se dará continuidade a elas sem a devida transmissão ou gravação. No caso de programas gravados, será agendada uma nova data dentro das disponibilidades da Câmara Municipal e da empresa.

- f) O Gestor do Contrato, servidor da Câmara Municipal, deverá fornecer ao responsável técnico da empresa contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início da sessão ou da gravação do programa, os nomes completos e títulos dos participantes, inclusive em relação aos Vereadores, para as suas devidas apresentações ao longo da sessão ou do programa, a fim de que se produzam os respectivos caracteres com os quais serão identificados ao longo da transmissão. Ainda dentro do mesmo prazo, deverão ser informados os temas, no caso de Sessões Não Ordinárias e no caso dos programas gravados.
- g) Todos os técnicos e profissionais da empresa contratada deverão estar uniformizados com camisa própria da contratada, portando crachá com identificação completa de nome e função, além de calça comprida e calçado fechado.

2. NO PRÉDIO DO LEGISLATIVO:

- a) Serão oferecidas três visões diferentes do plenário: geral (todos os Vereadores, Mesa Diretora (seus componentes) e individual (uma pessoa que esteja com a palavra, seja Vereador ou não), seja na tribuna ou nos assentos. Para tal, deverão ser utilizadas três câmaras, apoiadas em tripés profissionais, sendo uma em enquadramento aberto fixo, mostrando todo o plenário. As outras duas, em posições opostas para enquadramentos fechados, mostrando quem está com a palavra no momento, dependendo do lado em que se encontra o orador, sendo que uma delas será dirigida para a Mesa Diretora sempre que alguém nela esteja com a palavra. Por determinação da Presidência da Mesa, em determinados momentos, uma dessas câmaras poderá ser dirigida à plateia. As normas acima estabelecidas também serão observadas quando da realização de sessões, desde que haja condições técnicas no local.
- b) As gravações/transmissões das sessões terão como referência o encaminhamento dado pela Presidência da Mesa. O orador que estiver com a palavra será focalizado em plano médio americano. Os cortes para os apartes só serão realizados se a palavra for concedida pelo orador ou pelo Presidente da Mesa Diretora. Quando a palavra estiver com orador postado na Mesa Diretora, além da câmara fechada nele, será utilizada a câmara dirigida à Mesa Diretora. Nos processos de votação nominal, uma câmara será dirigida a cada votante. No caso de votação através do painel eletrônico, uma das câmaras o focará, mostrando o voto de cada vereador. Quando for permitido o trânsito de convidados pelo plenário, será utilizada câmara aberta, o mesmo acontecendo quando o foco for a assistência. A assistência só será focalizada por determinação expressa da Presidência dos trabalhos e ainda assim pelo tempo que ela determinar, incluindo nesta regra qualquer close.
- c) A plateia só poderá ser mostrada mediante solicitação da Presidência da Mesa, inclusive qualquer *close* só poderá ser efetuado ainda por solicitação da referida Presidência.
- d) A captação da interpretação em LIBRAS será realizada através de uma câmara, apoiada em tripé profissional, adequadamente instalada.
- e) As transmissões das sessões serão restritas ao período em que estiver na situação “em aberto”, sendo considerada esta condição a partir do momento em que a Presidência da Mesa declarar que “estão abertos os trabalhos” e até o momento em que a mesma declarar que “estão encerrados os trabalhos”. No caso de a Presidência da Mesa declarar que “os trabalhos estão suspensos”, imediatamente será paralisada a transmissão das sessões, que só retornarão a partir do momento em que a Presidência da Mesa declarar “que estão reabertos os trabalhos”.
- f) A situação acima será mantida também no caso da transmissão via *streaming* através da internet, já que o sinal que será gerado para este tipo de mídia será o mesmo gerado para a transmissão televisiva.
- g) Não importando a forma de transmissão da sessão, se ao vivo ou pré-gravada, nos intervalos das suspensões da sessão, poderão ser produzidas matérias jornalísticas geradas no estúdio contíguo

ao plenário, cabendo à Presidência da Mesa informar à empresa contratada o tempo em que a sessão ficará suspensa a fim de permitir que a matéria gerada preencha o referido tempo.

- h) No estúdio contíguo ao Plenário serão oferecidas duas visões diferentes, através de duas câmaras, apoiadas em tripés profissionais, sendo uma para o enquadramento geral e uma outra para enquadramento de quem estiver falando.
- i) Durante a transmissão da TV Câmara, inclusive nos seus intervalos, é proibida a veiculação de quaisquer inserções comerciais, especialmente imagens que incitem o público à violência, ao uso de drogas, inclusive as lícitas, e temas ou palavras que configurem qualquer tipo de preconceito ou de discriminação.
- j) A captação de áudio do plenário será realizada através do sistema de som da Câmara Municipal, ficando esta com a obrigação de garantir continuidade e qualidade de acordo com este Projeto Técnico.
- k) A captação de áudio do estúdio anexo será feita através de 2 (dois) microfones tipo lapela, sendo um para o entrevistador e outro para o entrevistado. Um “teleprompter” servirá de suporte ao apresentador quando for necessária a leitura de textos longos. O áudio captado por estes microfones será dirigido para uma mesa de som e, imediatamente, para o equipamento de edição.
- l) Através de equipamentos de edição, denominados “switchers”, serão recebidos, concomitantemente, todos aos sinais de áudio e vídeo gerados pelos equipamentos que estiverem sendo utilizados no momento, seja no Plenário, seja no estúdio anexo. Através destes equipamentos, profissionais devidamente qualificados, farão a geração de caracteres com os grafismos necessários, a edição de som e imagem, e as remeterão para um sistema de gravação, distribuindo ainda os sinais editados para o sistema de internet da Câmara Municipal. No caso de sessão “ao vivo”, estes sinais serão enviados diretamente para o estúdio da contratada para a transmissão em tempo real.

3. EM SESSÕES ITINERANTES:

- a) Captação de imagens: Seguirá o mesmo padrão estabelecido para as sessões no plenário, desde que o local possibilite. Caso contrário, serão realizadas as adaptações necessárias, de acordo com o pessoal técnico da contratada. Por não contar com estúdio anexo, nestas sessões não serão realizadas entrevistas e nem matérias jornalísticas, ficando a sinalização através do LIBRAS condicionada às condições técnicas do local, conforme avaliação da contratada.
- b) Captação de áudio: Será realizada através de estrutura oferecida pela contratada, desde que o local permita a instalação desta estrutura. Constará de três microfones sem fio, controlados através de uma mesa de áudio, sendo que um microfone será disponibilizado para o lado direito do plenário; um outro para o lado esquerdo do plenário e o terceiro para a Mesa Diretora. Quem estiver com a palavra deverá apossar-se do microfone que esteja mais perto. A contratada deverá disponibilizar sinal de áudio, já mixado, para o sistema de som ambiente do local onde será realizada a sessão, caso houver. Também poderá se utilizar da estrutura de som do local, se existir e se tiver condições técnicas que garanta a qualidade exigida neste Projeto Técnico.

4. NO ESTÚDIO DA CONTRATADA:

- a) Produção:
 - Serão produzidos os programas previstos neste Projeto Técnico para o estúdio da contratada. Quando for conveniente, a produção será realizada em externas. Um jornalista será responsável pela produção, incluindo o levantamento de informações, agendamento de pautas, acompanhamento das edições e demais funções que darão suporte ao jornalista apresentador, que executará esta função, inclusive quando da realização de entrevistas.
- b) Gravação:
 - Serão realizadas no estúdio da contratada, sendo utilizadas duas câmaras, apoiadas em tripés profissionais, e dois microfones de lapela, caso haja entrevistado. Um “teleprompter” servirá de suporte ao apresentador quando for necessário a leitura de textos longos. O cenário de fundo será à base do sistema “chroma key”. No caso de gravação externa, serão utilizados uma câmara e um microfone com fio de mão.

c) Edição técnica:

- Todo o material gravado será entregue ao editor que fará a montagem, através de uma ilha de edição, para posterior exibição.

VIII – PADRÕES DE PRODUÇÃO:

- 1) Tanto na abertura das sessões ou dos programas, bem como no final deles e ainda no retorno das suspensões temporárias das sessões, será inserido o logotipo da “TV CÂMARA”, composto pelo Brasão do Município de Nova Friburgo, respeitando as suas cores originais, e pelos caracteres com o seguinte dizer: “TV CÂMARA - NOVA FRIBURGO/RJ”. Este logotipo terá as dimensões de 150 (altura) x 160 (largura) pixels e será inserido no canto inferior direito, exibido pelo período de 10 (dez) segundos.
- 2) A condição de transmissão das sessões e dos programas será informada durante todo o tempo da sua geração, através de caracteres, com os seguintes dizeres, conforme o caso: “AO VIVO” ou “PRÉ-GRAVADO(A)”. Esta informação será inserida no canto superior esquerdo do vídeo. Também será inserida logo acima da condição de transmissão, a data da realização da sessão ou da gravação do programa. As informações inseridas nos moldes deste item serão na cor branca e sombra preta, com tipologia “ARIAL BOLD”, corpo 20 (vinte), sendo a data será expressa no formato “dd/mm/aa”.
- 3) Se for interesse da emissora, esta poderá inserir a sua logomarca, tanto na veiculação das sessões quanto dos programas, devendo esta logomarca ser inserida no canto inferior esquerdo, em tamanho pequeno, compatível com a barra de titulação, ficando ainda por conta do interessa da emissora o tempo em que esta logomarca será exibida.
- 4) Todas as transmissões realizadas pela TV CÂMARA, inclusive aquelas “AO VIVO”, deverão ser gravadas em padrão compatível com a qualidade exigida no padrão previsto para a produção e transmissão da TV CÂMARA. Estas gravações observarão o princípio da redundância, buscando uma maior segurança em relação à retenção das informações gravadas.
- 5) A barra de títulos conterá o nome completo do Vereador ou do convidado previamente identificado que estiver usando a palavra, sendo que, no caso do Vereador, aparecerá o seu Partido e, se for o caso, o respectivo cargo na Mesa Diretora. Quanto ao convidado, deverá aparecer também o respectivo título. Havendo nome ou título extensos, será permitida a abreviação nos moldes usualmente aceitos. O padrão da barra de títulos obedecerá aos seguintes padrões:
 - a) Em cor branca sólida;
 - b) Barra de divisão, em cor vermelha sólida, com espessura de 60 (sessenta) pixels;
 - c) Barra de título com a sigla do Partido do Vereador ou com o título do convidado, será na cor azul, com efeito gradiente para preto, com 40% (quarenta por cento) de transparência;
 - d) Caracter do nome em fonte “TIMES NEW ROMAN”, corpo 30 (trinta), na cor preta e sombra projetada cinza 30%(trinta por cento);
 - e) Caracter do cargo ou título em fonte “ARIAL”, corpo 32, na cor branca e sombra projetada preta;
 - f) Sigla do Partido em fonte “ARIAL”, corpo 32, na cor branca e sombra projetada preta;
 - g) Os elementos relacionados acima (de 5.1 a 5.6) comporão a tela em movimento de fora da tela para a sua posição final no interior da tela.
- 6) Constará ainda da edição técnica a disponibilização de um “crawl” com dados relevantes do que está sendo discutido ao longo das sessões.
- 7) Não será permitida a inserção do logotipo da licitante nos vídeos gravados e/ou transmitidos.
- 8) No rodapé da tela, deverá aparecer a intervalos constantes, pré-definidos pelo gestor do contrato, o número do 0800 da Câmara.
- 9) Os padrões aqui descritos poderão ser modificados a critério da Câmara Municipal de Nova Friburgo, sendo que esta modificação será registrada em ata de reunião do Gestor do Contrato com o Preposto da Contratada, que será arquivada juntamente ao contrato;

IX – DA EDIÇÃO E TRANSMISSÃO:

- 1) As sessões transmitidas ao vivo não sofrerão qualquer tipo de edição de conteúdo por parte da empresa contratada. No caso das sessões pré-gravadas, somente mediante solicitação por escrito do Presidente da Câmara, elas poderão sofrer edição de conteúdo. Neste caso, o Presidente da Câmara ou alguém à sua ordem, irá até a sede da emissora e acompanhará a respectiva edição, dando o competente “de acordo” quando entender que o material está habilitado para exibição. No caso de não ser possível realizar a edição a tempo da veiculação da respectiva sessão no horário pré-determinado, ficará a critério da Presidência da Câmara a substituição da sessão a ser veiculada por outra anterior ou até mesmo a supressão da veiculação naquele dia.
- 2) A emissora efetuará somente as edições técnicas para moldar a veiculação às normas previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA da TV CÂMARA. No caso das sessões, estas edições serão realizadas em tempo real, ou seja, ao longo das suas realizações.
- 3) Os programas pré-gravados poderão ser editados, com o devido acompanhamento do interlocutor autorizado pela Câmara Municipal, que dará a autorização para veiculação.
- 4) Tanto nas sessões realizadas no plenário da Câmara Municipal ou fora dele, o sinal, depois de devidamente editado e gravado via computador, nos termos deste Projeto Técnico, será encaminhado em meio digital para o local de transmissão da contratada para posterior entrega deste sinal para a sua operadora, dentro dos dias e horários previstos neste Projeto Técnico. O mesmo se dará com relação aos programas produzidos no estúdio da contratada: após editado, nos termos deste Projeto técnico, o sinal será transmitido para a operadora da contratada nos dias e horários estabelecidos neste Projeto Técnico. No caso da contratada, além de encaminhar o sinal para sua operadora, no momento em que todos programas contratados estiverem sendo exibidos via televisão, ou no momento da gravação, o respectivo sinal será encaminhado para o site gratuito do “Youtube” (www.youtube.com), devidamente rotulado com a data da gravação e o título do programa (Sessão Ordinária, Extraordinária, Solene, Chamada, Informativo ou Programa), via “streaming”. Além de disponibilizar o conteúdo no “Youtube”, a contratada deverá disponibilizar, em seu próprio site de internet, de forma organizada por data, os links referentes aos programas publicados no “Youtube”.

X – ARQUIVAMENTO DOS PROGRAMAS:

- 1) O material audiovisual gerado pelas sessões e pelos programas será repassado pela empresa contratada à Câmara Municipal, dentro dos padrões técnicos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após a respectiva exibição, mediante protocolo. Os custos inerentes a esta obrigação deverão constar na planilha de proposta de preços da empresa quando da sua participação no processo de contratação. A mídia repassada fará parte do acervo do programa TV CÂMARA, cuja guarda e cuidados, inclusive em relação aos aspectos legais, serão exclusivamente de responsabilidade da Câmara Municipal de Nova Friburgo.
- 2) Na mídia repassada pela emissora à Câmara Municipal constará, em local passível de identificação, o fato gerador, no caso, sessão ou programa, incluindo aí a respectiva data de exibição.
- 3) A empresa contratada não poderá produzir outras cópias que não as estabelecidas neste Manual de Procedimentos, ficando impedida, assim, de repassá-las a terceiros, inclusive a Vereadores, a menos que devidamente autorizada, por escrito, pelo Presidente da Câmara, em cujo documento deverão constar a data da exibição, seja da sessão ou do programa e, ainda assim, dentro do período de 7 (sete) dias corridos posterior à respectiva exibição, pois, a partir desta data, a empresa não poderá ficar com qualquer tipo de gravação. Caso seja do interesse do Presidente da Câmara Municipal não cobrar a gravação, a Casa Legislativa providenciará o respectivo pagamento à empresa, de acordo com a respectiva tabela de preços.
- 4) No caso de a Câmara Municipal não ter como efetuar cópia de sessão ou de programa exibido, cuja gravação original já esteja em seu poder, poderá solicitar tais serviços à emissora nos moldes estabelecidos no item anterior, devendo a Câmara Municipal enviar, além da solicitação, a respectiva mídia gravada, que lhe será devolvida tão logo seja efetuada a cópia, ficando a cobrança dos serviços conforme o estabelecido no item anterior.

XI – DIRETRIZES PARA O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

- a) A proposta de preços deverá ser enviada de acordo com a tabela constante no **Anexo IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**;
- b) A quantidade de cada tipo de programa, bem como o tempo de duração dos mesmos, encontram-se detalhados nas planilhas anexas DO TERMO DE REFERÊNCIA, o dimensionamento da quantidade das sessões foi feito com base no calendário das sessões ordinárias de 2019, fornecido pela Secretaria de Expediente;
- c) A contratada, durante a execução do contrato, receberá o pagamento de acordo com os serviços efetivamente prestados e devidamente atestados pelo Gestor do Contrato, assim designado pelo Presidente da Câmara;
- d) Fazem parte deste Termo de Referência as planilhas em anexo: Tabela de Sessões, Tabela de Informativos e Chamadas, Tabela do Programa TV Câmara, Notas explicativas, Tabela do Modelo de Proposta.

ANEXO II – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

.....,
 inscrito no CNPJ nº, sediado em
 (endereço), por intermédio de seu
 representante legal o (a) Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade
 nº.....e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no
 inciso V, do art. 27 da Lei nº 8666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito)
 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.
 RESSALVA: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. ()

Nova Friburgo, de de 2019.

Assinatura do Responsável

Nome:

CPF:

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ANEXO III – MODELO DE QUADRO DE PROFISSIONAIS

Este quadro deverá listar todos os profissionais que executarão os serviços especificados no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O gestor do contrato poderá, a qualquer tempo, realizar diligência para verificar a veracidade dos dados informados nesta tabela.

Da lista de profissionais deverá constar, no mínimo:

- 1 (um) Engenheiro eletricista, de telecomunicações ou eletrônico, registrado do CREA e com apresentação de CAT (Certidão de Acervo Técnico) referente a serviços associados à instalação e manutenção de equipamentos em estúdios de produção de programas televisivos;
- 1 (um) Jornalista registrado, com experiência em Direção de TV, incluindo programas de entrevistas e reportagens;
- 1 (um) Diretor de TV: para gerenciar todo o processo de produção;
- 3 (três) Operadores de câmera (cinegrafistas);
- 1 (um) Técnico responsável pela inserção de caracteres, controle da captura de áudio e vídeo, configuração e controle da gravação do conteúdo capturado;
- 1 (um) Editor de imagens: responsável por operar a ilha de edição necessária para a edição dos programas no estúdio da contratada;
- 1 (um) Intérprete de LIBRAS;
- 1 (um) Operador de computador, para controlar o envio do conteúdo à internet, rotulando os vídeos de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA.

A comprovação do vínculo formal de todos os profissionais relacionados pela empresa deverá se dar através de apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho e do Livro de Registro de Empregados da empresa ou de outro documento que comprove a existência de liame jurídico entre a empresa e o profissional durante o período de execução do contrato. Convocada a empresa vencedora para assinar o contrato e não apresentando a comprovação do vínculo formal no prazo estabelecido, que não caberá prorrogação, decairá o direito de contratar.

INDICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS			
Nome	Profissão	Função	Alocação (*)

(*) Local onde o funcionário executará as funções (estúdio da contratada, dependências da Câmara Municipal ou locais de sessões itinerantes).

Nova Friburgo, __ de ____ de 2019

Assinatura e carimbo do responsável:

Nome do Responsável

ANEXO IV – MODELO DE QUADRO DE EQUIPAMENTOS

Descrição do Equipamentos	Função	Marca / modelo / Número de série	Quantidade	Alocação (*)

LISTAGEM MÍNIMA DE EQUIPAMENTOS A SEREM INCLUÍDOS NA TABELA:

- a) 2 (dois) “switchers”: gerenciamento sinais de áudio e vídeo oriundos do plenário e do estúdio anexo;
- b) 6 (seis) câmeras: captação imagens no plenário, estúdio anexo, sinal de LIBRAS, estúdio da contratada e externas;
- c) 6 (seis) tripés profissionais: dar suporte às câmeras;
- d) 2 (duas) TVs: monitoramento das câmeras, tanto na Câmara Municipal quanto no estúdio da contratada;
- e) 2 (duas) mesas de áudio: captação e regulação de áudio oriundos do sistema de som da Câmara Municipal, do estúdio anexo e do estúdio da contratada;
- f) 1 (um) microfone com fio de mão captar áudio oriundos de gravações externas;
- g) 2 (dois) microfones sem fio lapela: captação de áudio no estúdio anexo e no estúdio da contratada;
- h) 3 (três) microfones sem fio de mão: captação de áudio durante as sessões itinerantes;
- i) 2 (dois) sistemas de comunicação: comunicação entre as equipes, tanto na Câmara Municipal quanto no estúdio da contratada;
- j) 1 (um) de exibidor de vídeo: transmissão de sinal da contratada para operadora, no caso de Tv a cabo;
- k) 1 (uma) ilha de edição: realização de edição de imagem nos programas gerados no estúdio da contratada;
- l) 2 (dois) sistemas de “teleprompter” completo: para dar suporte de texto no estúdio anexo e no estúdio da contratada.
- m) 2 (dois) computadores: recepção do sinal editado para gravação, tanto na Câmara Municipal quanto no estúdio da contratada;
- n) 1 (um) estúdio “chroma key”: para uso no estúdio da contratada;

O número de itens necessários de cada equipamento foi calculado com base no momento em que todos estarão sendo utilizados, podendo a contratada realocá-los em outros momentos, para outras funções, inclusive nas sessões itinerantes. Todos os equipamentos mínimos listados acima deverão ter pelo menos uma unidade extra com características similares para cumprimento do critério da redundância.

(*) Local onde o equipamento será utilizado (estúdio da contratada, dependências da Câmara Municipal ou locais de sessões itinerantes).

A licitante declara estar ciente de que deverá entregar ao responsável pelo Setor de Patrimônio da Contratante uma lista de todos os equipamentos que ficarão alocados no Prédio da Câmara Municipal de Nova Friburgo, dentro do prazo estabelecido neste Edital.

Nova Friburgo, __ de ____ de 2019

Assinatura e carimbo do responsável:

Nome do Responsável

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

ANEXO V

CONTRATO Nº _____/2019

Contrato de prestação de serviços de produção e transmissão televisiva das sessões e dos trabalhos realizados pelo Poder Legislativo Friburguense que entre si fazem a Câmara Municipal de Nova Friburgo e a empresa _____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e dezessete, de um lado a Câmara Municipal de Nova Friburgo, inscrita no CNPJ nº _____ com sede na Rua Farinha Filho, 50 - Centro, Nova Friburgo-RJ, neste ato representada pelo seu Presidente, Vereador ALEXANDRE DE AZEVEDO CRUZ, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 259581422 e CPF nº 010.058.107-29, residente e domiciliado neste município, no uso de suas atribuições, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _____, CNPJ nº _____, com endereço à _____, _____/RJ, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, CPF nº _____, no uso de suas atribuições, e daqui por diante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação superveniente, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento particular, contrato de serviços de gravação de áudio e vídeo, produção e transmissão televisiva dos programas da “TV Câmara”, divulgadores das reuniões e trabalhos realizados pelo Poder Legislativo de Nova Friburgo, conforme especificações constantes no Anexo I (TERMO DE REFERÊNCIA) do Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é prestação de serviços de captação audiovisual, produção e transmissão televisiva dos programas da “TV Câmara”, divulgadores das Sessões e dos trabalhos realizados pelo Poder Legislativo de Nova Friburgo/RJ, conforme as exigências e especificações estabelecidas no Anexo I, parte integrantes do Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Solicitar a presença, imediata, de responsável pela CONTRATADA para exigir as providências cabíveis à correção de possíveis irregularidades identificadas;
- b) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- c) Observar que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar os serviços ofertados sempre por meio de pessoal capacitado;
- b) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições da proposta;
- c) Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução dos serviços objeto deste Contrato;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, honorários, taxas, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados e/ou credenciados, no desempenho dos serviços objeto deste pacto, ficando, assim a CONTRATANTE isenta de tais pagamento e de vínculo empregatício quaisquer;
- e) Responsabilizar-se por repassar os sinais à operadora de TV a cabo ou para canal de TV aberta de todos os programas contratados, nos moldes constantes no presente edital, caso a Câmara Municipal passe a se utilizar do canal de direito em face ao disposto no inciso “I”, alínea “b”, do Artigo 23 de Lei Federal nº 8977, de 06 de janeiro de 1995.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

- a) O valor global do contrato será de R\$ ____ (____). A parcela fixa mensal, referente às sessões ordinárias, aos Informativos TV Câmara, às Chamadas e ao Programa TV Câmara, será de R\$ ____ (____). A parcela variável, referente às sessões extraordinárias e solenes, é estimada em R\$ ____ (____).
- b) O valor mensal da parcela fixa será de R\$ ____ (____).
- c) As sessões extraordinárias e solenes serão pagas somente quando efetivamente realizadas. O valor da produção e gravação será referente ao tempo padrão das sessões, especificado no TERMO DE REFERÊNCIA. O valor da transmissão será proporcional àquele efetivamente realizado pela Contratada, já que tais sessões, não necessariamente, serão transmitidas na íntegra.
- d) A transmissão de quaisquer tipos de programas “ao vivo” somente será realizada por expressa determinação do Presidente da Câmara, mediante orçamento da Contratada, que deverá ser aprovado previamente pela Contratante, com antecedência mínima de 10 dias úteis, para que seja realizado Termo Aditivo, caso necessário. Ficando o total destes aditamentos restritos a 25% (vinte e cinco por cento) do total do contrato, conforme parágrafo 1º e alínea b do inciso I do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Não será admitido o reajuste de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, através de depósito bancário, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a CONTRATADA entregue à CONTRATANTE, até o 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao da prestação do serviço, a nota fiscal correspondente, os documentos comprobatórios e as certidões de regularidade fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento é condicionado ao atesto no referido documento fiscal, por servidor designado para este fim.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Havendo atraso no pagamento, incidirá multa na ordem de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura, originando compensação financeira, que terá por base os índices do IGP-M. Caso a Câmara Municipal de Nova Friburgo antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será de doze meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse das partes, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA DESPESA

A despesa prevista neste Contrato encontra-se empenhada, conforme Nota de Empenho Nº ____, de ____ de ____ de 2019, à dotação orçamentária de elementos de despesas – **3.3.9.0.39.00.00**, código da função programática **01.001.01.031.021.2.159**.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, garantida a prévia defesa, expressa no § 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar (em):

- a) Advertência;
- b) Multa de até 20 % (dez por cento) calculados sobre o valor do mensal do contrato, de acordo com o grau da infração, conforme detalhado no item XI.01.02 do Edital da TOMADA DE PREÇOS nº01/2019, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas.
- c) Suspensão temporária de participação em certame licitatório e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Nova Friburgo por prazo de até 02 (dois) anos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A multa de que trata a alínea “b”, caso seja aplicada, será descontada por ocasião de pagamentos futuros.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A critério da CONTRATANTE e nos termos do art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, as sanções previstas nas alíneas “a” e “c”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b”.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, a critério da CONTRATANTE, independente de notificação ou interpelação extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Inobservância ou inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições do presente contrato, bem como de seus documentos integrantes;
- b) Nas hipóteses previstas na seção V do capítulo III da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os casos omissos deste ajuste serão resolvidos de acordo com os termos da legislação pertinente a contratações firmadas pela Administração Pública, vigentes à época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor considera-se conhecido e acatado pelas partes:

- a) Proposta da CONTRATADA, no que couber.
- b) Normas da Lei nºs 8.666/93 e modificações posteriores e legislação superveniente.
- c) O Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

À luz do que preceitua o art. 61, § único, da Lei nº 8.666/93, este contrato será publicado, na forma de extrato, no órgão encarregado pela divulgação dos atos da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a manter, enquanto vigente esta avença, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, principalmente, a qualidade dos serviços, devendo substituir, de forma compatível, todos os profissionais e/ou equipamentos ineficientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Para dirimir questões oriundas do presente contrato será competente o Foro de Nova Friburgo-RJ. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma.

Nova Friburgo, _____ de _____ de 2019.

VEREADOR ALEXANDRE CRUZ
PRESIDENTE

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019**ANEXO VI***TIMBRE DA LICITANTE***DECLARAÇÃO**

Declaro, sob as penas da lei, desconhecer a existência de fatos que gerem a inabilitação neste certame da empresa _____, CNPJ nº _____, residente e domiciliada na Avenida/Rua _____, neste Município.

Nova Friburgo-RJ, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do responsável
CPF nº _____

OBSERVAÇÃO:

1. O presente modelo destina-se a atender a exigência do Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019.

ANEXO VII – TERMO DE VISITA TÉCNICA

Atesto que a empresa abaixo qualificada realizou a visita técnica nas dependências da Câmara Municipal de Nova Friburgo, em conformidade com a exigência do Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019.

EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

Nova Friburgo, ____ de _____ de 2019

Assinatura e carimbo do responsável pelo Setor de Comunicação da Câmara Municipal de Nova Friburgo:

Nome do responsável

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES

Declaro que a empresa _____, CNPJ _____ cumpre todas as exigências do Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019, especialmente aquelas descritas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Nova Friburgo, __ de _____ de 2019

Assinatura e carimbo do responsável legal:

Nome do responsável Legal